

Tecnologias sociais podem impulsionar a economia solidária

01/08/2024

A tecnologia pode trazer soluções a problemas concretos enfrentados pela população brasileira. Mas como essas inovações promovem uma economia de impacto? Essa é a pergunta que norteia o debate “Tecnologias sociais e economia solidária”, realizado nesta quinta-feira (01), durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5CNCTI).

A sessão foi conduzida pelo coordenador-geral de Tecnologia Social e Economia Solidária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Dayvid Souza Santos, que contextualizou a importância do debate para a conferência. “Temos a preocupação de trazer temas que dialogam com os povos indígenas, quilombolas, com a produção organizada pelos próprios trabalhadores, cooperativas e associações que produzem conhecimento e, muitas vezes, não conseguem expressar isso de forma científica ou no âmbito de uma política pública”, afirma.

O pesquisador Felipe Addor, da Coordenação da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (Abepets), apresentou o conceito de tecnologia social. “Trata-se de um processo de desenvolvimento tecnológico que atende a demandas populares”, explica. O objetivo é democratizar o desenvolvimento de inovações e tecnologias, tendo como público-alvo a sociedade, especialmente empreendimentos econômicos populares e marginalizados.

De acordo com Addor, a tecnologia social se baseia na perspectiva do processo tecnológico, e não da transferência de

tecnologia. O desenvolvimento é feito em conjunto com as comunidades, garantindo a participação ativa dos beneficiários. Nesse contexto, empreendimentos de economia solidária, organizações comunitárias e movimentos sociais representam os principais interlocutores.

“A gente desenvolve projetos que promovem espaços de intercâmbio de saberes, conhecimento científico e popular, realizando uma articulação institucional territorializada a partir de um diagnóstico participativo, para desenvolver inovações tecnológicas que atendam às demandas coletivas naquele espaço e território”, diz o pesquisador.

Diversas experiências que melhoram as condições de vida de comunidades foram citadas como exitosas na geração de trabalho, renda e infraestrutura. São exemplos as cooperativas de catadores e de agroextrativistas, sistemas de comercialização de produtos agroecológicos, bancos comunitários e o cooperativismo de plataforma, além de tecnologias para o saneamento ecológico, habitação popular e energia solar.

O fomento público à tecnologia social e a construção de políticas de economia solidária foram amplamente discutidas na mesa. Como recomendações de políticas públicas, foram sugeridas as seguintes medidas: instituir o Programa Nacional de Tecnologia Social e Economia Solidária e o Comitê de Tecnologia Social e Economia Solidária no âmbito do MCTI; incluir a sociedade civil no Conselho Nacional de C&T e no Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); revisar marcos legais; garantir o financiamento contínuo a projetos de desenvolvimento social; incentivar a criação de chamadas de projetos para o campo; e promover o tema tecnologia social com ministérios que são transversais à temática.

5CNCTI- Realizada pelo MCTI e organizada pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), organização social

supervisionada pelo ministério, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação tem como principal objetivo discutir com a sociedade as necessidades na área de CT&I e propor recomendações para a elaboração de uma nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) até 2030. A 5ª Conferência conta com o patrocínio Master do Banco do Brasil e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), patrocínio Ouro da Positivo e WideLabs, e patrocínio Prata da Caixa Econômica Federal e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Tecnologia social e economia solidária nas universidades

A professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Waleria Meneses, apresentou uma proposta de formação em economia solidária, gestão social e inovação social a partir das discussões realizadas no eixo IV durante as conferências regionais e municipais.

De acordo com a pesquisadora, a área de comunicação e a comunidade científica ainda não incorporaram de forma efetiva as demandas relativas a essas temáticas. “O Brasil possui uma demanda reprimida para esse tipo de formação”, avalia.

Meneses relatou a experiência da criação do curso de especialização em economia solidária, inovação e gestão social da UFCA, que tem como público-alvo gestores públicos e lideranças sociais. O curso apresenta as premissas da democratização do conhecimento por meio da educação, o incentivo à ciência cidadã e a reaplicação de métodos em áreas centrais como a sustentabilidade, energia limpa, práticas agrícolas responsáveis e redução de resíduos sólidos.

“A economia solidária deveria ser a principal estratégia para o desenvolvimento social mais justo, inclusivo e sustentável”, acredita a professora. Como recomendações, a especialista citou a criação de um Programa Nacional de Formação em Economia Solidária; a criação de novos cursos de extensão nas

universidades; a adoção de pedagogias que aliem teoria e prática; e o estabelecimento de uma rede de colaboração de pesquisa para fomentar experiências em inovação.

Um banco com retorno para a comunidade

O educador popular e líder comunitário, Joaquim Melo, apresentou a experiência do Banco Palmas, fundado em uma comunidade de baixa renda de Fortaleza (CE). Em 1998, ele identificou demandas econômicas de seu bairro e criou o primeiro Banco Comunitário e a primeira Moeda Social do Brasil. “O objetivo inicial era emprestar dinheiro para empreendedores locais e para quem quisesse consumir, com uma moeda que circulasse localmente e que a riqueza gerada voltasse para a comunidade”, disse.

O banco integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que hoje soma-se a 182 bancos sociais que atendem a 251 mil usuários. A rede também criou o Palmas Lab, área de inovação que desenvolveu tecnologias como cartões digitais e o aplicativo e-dinheiro, um banco digital. Nos últimos quatro anos, 2,7 bilhões de reais foram movimentados na plataforma em moeda social. “A minha história mostra que é possível um novo modelo econômico”, reflete.

Nos últimos anos, o crescimento dessas tecnologias sociais foi impulsionado pelo apoio público, a partir de iniciativas de prefeituras do Brasil para a criação de diferentes moedas sociais. “Os prefeitos começaram a pagar salários, vale-alimentação e benefícios sociais que deram um input enorme. É fantástico porque o dinheiro volta para o investimento na produção local”, relata o líder comunitário. Como visão de futuro, ele vislumbra o pagamento de benefícios sociais do governo federal em moedas sociais de bancos comunitários.

Confira a íntegra da mesa “Tecnologias sociais e economia solidária”:

Fonte: Ascom/MCTI.